



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE CHUVISCA
PODER LEGISLATIVO MUNICÍPIO DE CHUVISCA



COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTROLE EXTERNO

Parecer 86/2025

Câmara Municipal
de Vereadores de Chuvisca

Autor do Projeto: Poder Executivo

Relator: Vereador Paulo Israel Longaray Martins

Matéria: Projeto de Lei nº. 045/2025.

Protocolo nº 333

Data: 20/10/2025

Horário: 21:15

Beating
Responsável

ASSUNTO: Exame da legalidade e da adequação orçamentária e financeira do Projeto de Lei nº 045/2025:

"Autoriza a contratação temporária de excepcional interesse público de 02 técnicos de enfermagem – carga horário de 40 horas semanais".

1. RELATÓRIO:

O Projeto de Lei n.º 045/2025, de autoria do Poder Executivo Municipal, foi protocolado nesta Casa Legislativa em 03/10/2025, sob o protocolo nº. 303, e lido em Sessão Ordinária no dia 10/10/2025, visando a autorização para a contratação temporária de dois Técnicos de Enfermagem.

A justificativa técnica é a substituição de uma servidora em licença-maternidade e a cobertura do desfalque subsequente na Equipe de Saúde da Família (ESF) causado pelo remanejamento de outra profissional temporária.

A Comissão de Constituição, Justiça, Cidadania e Redação Final (CCJ) emitiu parecer favorável quanto à legalidade e constitucionalidade do projeto, reconhecendo o excepcional interesse público da medida. Os autos foram encaminhados a esta Comissão de Orçamento, Finanças e Controle Externo (COF) para análise da adequação orçamentária e financeira, nos termos do Art. 58, inciso I, alínea 'a', item 3, do Regimento Interno, por implicar em criação de despesa com pessoal.

A proposição, no entanto, não foi instruída com a Estimativa de Impacto Orçamentário e Financeiro prevista no Art. 16 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Contudo, há a informação da LDO de 2025 que trata da dispensa dessa estimativa para despesas consideradas irrelevantes.

É o breve relato.

2. PARECER:

O Projeto de Lei n.º 045/2025 impõe a criação de despesa com pessoal, ainda que de natureza temporária, o que demanda a análise desta Comissão para verificar a compatibilidade da medida com as normas orçamentárias e fiscais.

Apesar da ausência da Estimativa de Impacto Orçamentário-Financeiro, o projeto encontra amparo no Art. 16, § 3º, da LRF, que admite a dispensa para despesas consideradas irrelevantes, conforme definido na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) municipal.

Inclusive, o texto da LDO de Chuvisca para o exercício de 2025 estabelece que *"Consideram-se despesas irrelevantes aquelas com pessoal de caráter não continuado que, individualmente, não excedam a 60 (sessenta) vezes o menor padrão de vencimento do Município"*, consoante Justificativa Técnica anexa ao presente Projeto e firmada tanto pelo Contador Responsável e o Prefeito Municipal.

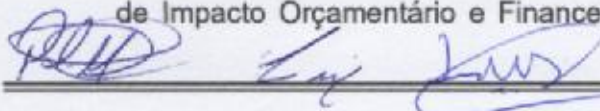
A contratação temporária dos dois Técnicos de Enfermagem, pois, é legalmente classificada como **despesa de caráter não continuado**. Assim, desde que o custo total de cada contrato, incluindo salários e encargos, esteja abaixo do limite de irrelevância estabelecido pela LDO, a dispensa da estimativa de impacto é plenamente legal.

Esta Comissão, observando a natureza de despesa de caráter não continuado da contratação temporária, e em conformidade com o dispositivo da Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2025 que define a dispensa da Estimativa de Impacto para despesas irrelevantes, considera legalmente justificada a ausência da referida Estimativa, uma vez que a despesa se enquadra na exceção da LDO.

Desse modo, a proposição é considerada financeiramente adequada, estando em consonância com as normas de finanças públicas no que tange à sua forma, e sendo compatível com o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA).

3. CONCLUSÃO:

Diante do exposto, esta Comissão conclui pela **ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA e FINANCEIRA** do Projeto de Lei n.º 045/2025, considerando-se legal a dispensa da Estimativa de Impacto Orçamentário e Financeiro, por enquadramento na exceção da Lei de Diretrizes

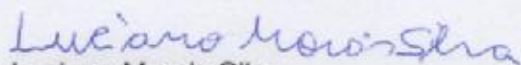


Orçamentárias que trata de despesas irrelevantes de caráter não continuado.

Emite-se, assim, **PARECER FAVORÁVEL** à sua regular tramitação, recomendando o encaminhamento ao Plenário para deliberação.

É o Parecer.

Chuívisca (RS), 20 de outubro de 2025.



Luciano Moraes Silva
Presidente



Paulo Israel Longaray Martins
Relator



Luiz Carlos Westphal Dummer
Secretário